

Novo Direito Processual

por Salomão Viana

Decisão judicial - sentença

Decisão judicial - sentença

SUMÁRIO

1 – Considerações gerais.

2 – Pronunciamentos judiciais.

2.1 – espécies.

2.2 – classificação.

3 – Sentença e criatividade judicial.

4 – Elementos da decisão judicial

4.1 – relatório.

4.2 – fundamentação .

4.3 – dispositivo.

5 – Requisitos da decisão judicial.

5.1 – congruência externa.

5.1.1 – objetiva.

5.1.2 – subjetiva.

5.2 – congruência interna.

6 – Decisões definitivas e terminativas.

7 – Decisões de admissibilidade e de mérito.

8 – Decisão e fato superveniente.

9 – Conteúdo da sentença.

10 – Efeitos das decisões judiciais.

11 – Publicação.

12 – Intimação.

13 – Retração.

14 – Integração.

15 – Interpretação.

CF:

Art. 102. *Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:*

l - processar e julgar, originariamente:

*m) a execução de **sentença** nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;*

CPC-1973:

Art. 162. Os atos do juiz consistirão em **sentenças, decisões interlocutórias e despachos**.

§ 1º Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei.

§ 2º Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.

§ 3º São **despachos** todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma.

§ 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.

Art. 163. Recebe a denominação de **acórdão** o julgamento proferido pelos tribunais.

PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS DECISÓRIOS

DE JUÍZO SINGULAR

DE JUÍZO COLEGIADO

DECISÕES
INTERLOCUTÓRIAS

SENTENÇAS

DECISÕES UNIPESSOAIS
OU MONOCRÁTICAS

ACÓRDÃOS

CPC-1973:

Art. 162. Os atos do juiz consistirão em **sentenças, decisões interlocutórias e despachos**.

§ 2º **Decisão interlocutória** é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.

CPC-1973

Art. 162. Os atos do juiz consistirão em **sentenças, decisões interlocutórias e despachos**.

§ 1º Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei.

CPC-1973

Art. 163. *Recebe a denominação de **acórdão** o julgamento proferido pelos tribunais.*

LIMITES DA ZONA (OU ÁREA) DA CRIATIVIDADE JURISDICIONAL

- NORMAS DE DIREITO OBJETIVO***
- CASO CONCRETO***

DIMENSÕES DA CRIATIVIDADE JURISDICIONAL

- CRIAÇÃO DA NORMA JURÍDICA DIANTE DO CASO CONCRETO, ÚTIL PARA A SOLUÇÃO DE CASOS FUTUROS SEMELHANTES (“RATIO DECIDENDI” DOS PRECEDENTES JUDICIAIS).
- CRIAÇÃO DA NORMA JURÍDICA DO CASO CONCRETO (NORMA INDIVIDUAL OU NORMA INDIVIDUALIZADA, CONTIDA NO DISPOSITIVO DA DECISÃO).

CPC-1973:

Art. 458. *São requisitos essenciais da sentença:*

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem.

Lei n. 9.099/1995 (dispõe sobre os Juizados Especiais):

Art. 38. A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, ***dispensado o relatório.***

Parágrafo único. (...)

Relatório “per relationem”

(o órgão julgador, em vez de elaborar o relatório, se reporta a relatório feito para outra decisão. Possibilidade, desde que não cause prejuízo)

CF:

Art. 93. *Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:*

(...)

*IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e **fundamentadas todas as decisões**, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;*

CPC-1973:

Art. 469. *Não fazem coisa julgada:*

*I - os **motivos**, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;*

*II - a verdade dos fatos, estabelecida como **fundamento** da sentença;*

*III - a apreciação da questão prejudicial, decidida **incidentemente** no processo.*

CPC-1973:

Art. 55. Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que:

I - pelo estado em que recebera o processo, ou pelas declarações e atos do assistido, fora impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença;

II - desconhecia a existência de alegações ou de provas, de que o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.

"EXCEPTIO MALE GESTI PROCESSUS"

CF:

Art. 93. *Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:*

(...)

*IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e **fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade**, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;*

Motivação “per relationem”

(o órgão julgador, em vez de elaborar a fundamentação, se reporta à fundamentação de outra decisão. Possibilidade, desde que (i) abranja todas as questões, (ii) a análise tenha sido feita com grau de cognição compatível e (iii) a decisão referida esteja nos autos, acessível às partes).

Lei n. 9.099/1995 (dispõe sobre os Juizados Especiais):

Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

CPC-1973:

Art. 128. *O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.*

Art. 460. *É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.*

CPC-1973:

Art. 129. *Convencendo-se, pelas circunstâncias da causa, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei, o juiz proferirá sentença que obste aos objetivos das partes.*

Art. 805. *A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.*

Art. 920. *A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.*

CPC-1973:

Art. 460. (...)

Parágrafo único. *A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.*

CPC-1973:

Art. 475-A. *Quando a sentença não determinar o valor devido, procede-se à sua liquidação.*

§ 3º *Nos processos sob procedimento comum sumário, referidos no art. 275, inciso II, alíneas 'd' e 'e' desta Lei, é defesa a sentença ilíquida, cumprindo ao juiz, se for o caso, fixar de plano, a seu prudente critério, o valor devido.*

Art. 275, II, 'd' e 'e': procedimento sumário em casos de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre e de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução;

Lei n. 9.099/1995 (dispõe sobre os Juizados Especiais):

Art. 38. (...)

Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

CPC-1973:

Art. 462. *Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.*

CPC-1973:

Art. 466. A sentença que condenar o réu no pagamento de uma **prestação**, consistente em **dinheiro** ou em **coisa**, valerá como título constitutivo de **hipoteca judiciária**, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.

Parágrafo único. A sentença condenatória produz a hipoteca judiciária:

I - embora a condenação seja genérica;

II - pendente arresto de bens do devedor;

III - ainda quando o credor possa promover a execução provisória da sentença.

CPC-1973:

Art. 285-A. *Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.*

§ 1º *Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.*

§ 2º *Caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso.*

CPC-1973:

Art. 296. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, **facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão.**

Parágrafo único. Não sendo reformada a decisão, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.

CPC-1973:

Art. 463. *Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la:*

I - para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo;

II - por meio de embargos de declaração.



































